

Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	01

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL  
MINUTA DA ATA N.º 19/2017 DE 15 DE SETEMBRO**

Aos **quinze** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima nona reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.ª Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira e a Sr.ª Dr.ª Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 14 de setembro de 2017, de que o Executivo tomou conhecimento.-----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.ª Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia, pelo Sr. Presidente foram abordados alguns assuntos como segue:-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia um de setembro de 2017, aprovada e assinada em minuta na própria reunião.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Este assunto foi retirado da ordem do dia.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

fho2

----- Por Empreitada -----

----- a) Empreitada de “Remodelação da ETAR de Vila Nova de Paiva” – Adjudicatário: Lopes & Irmãos, Lda – Processo n.º 287 – Apreciação e votação do Auto de medição N.º 08, no valor, excluído o IVA, de € 8.271,00 – Informação n.º A-30/2017, de 31-08-2017, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- b) Execução da obra de “Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Pendilhe” – Cofinanciada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – Proposta de Decisão de Contratar e de Escolha do Procedimento por concurso público. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14 de setembro de 2017, do seguinte teor integral : -----

*“Considerando que:*

*a) É necessário dar início ao procedimento pré-contratual de formação do contrato para execução da obra de “Construção da ETAR de Pendilhe”, projeto previsto sob o código 2/243/2016/41, ação 3 (classificação orçamental 01.02/07.01.04.03) das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2017;*

*b) Para cofinanciamento da obra foi apresentada candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) no âmbito do Aviso POSEUR-12-2016-38, a qual foi aprovada com a designação de “Saneamento de Águas Residuais de Pendilhe”, com o código universal POSEUR-03-2012-FC-000429, para um investimento total elegível, excluído o IVA, de € 349.559,76, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, sendo de € 314.673,14 o investimento referente à Construção da ETAR de Pendilhe e de € 34.926,62 referente ao respetivo projeto de execução;*

*c) O Projeto de execução da obra foi elaborado pelos firmas AGR – Engenharia e Serviços, L.<sup>da</sup> e a Ecoserviços – Gestão de Sistemas Ecológicos, L.<sup>da</sup>;*

*d) O preço base é estimado no montante, excluído o IVA à taxa legal em vigor de 6%, de € € 392.044,53 ( trezentos e noventa e dois mil, quarenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos)*

*e) Face ao referido preço base, a escolha do procedimento pré-contratual para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º*

Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	03

19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho;

f) Compete à Câmara Municipal a decisão de contratar, por força da competência para a autorização de despesas conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de aprovação das peças do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º e 40.º, do CCP.

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:

1.º – Aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, o Projeto de execução da obra de “Construção da ETAR de Pendilhe”;

2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 392.044,53 ( trezentos e noventa e dois mil, quarenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos) o preço-base do contrato, para um prazo de execução de 240 (duzentos e quarenta) dias;

3.º – Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 38.º do CCP, que o procedimento pré-contratual de formação do contrato para a execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 130.º e seguintes do CCP;

4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos anexos, e que se proceda, conforme n.º 1 do art.º 130.º do CCP, à publicação de anúncio do procedimento na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no “Anexo I” à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica de Compras Públicas da ACINGOV, em conformidade com o n.º 1 do art.º 62.º do CCP.

5.º – Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:

Pho4

– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);

– Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF), que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Téc. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);

– Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), e Cidália Loureiro Morais, Assistente Técnica em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara acima transcrita.-----

----- **c) Execução da obra de “Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Vila Cova à Coelheira”** – Cofinanciada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – Proposta de Decisão de Contratar e de Escolha do Procedimento por concurso público. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14 de setembro de 2017, do seguinte teor integral : -----

“Considerando que:

a) É necessário dar início ao procedimento pré-contratual de formação do contrato para execução da obra de “Construção da ETAR de Vila Cova à Coelheira”, projeto previsto sob o código 2/243/2016/40, ação 3 (classificação orçamental 01.02/07.01.04.03) das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2017;

b) Para cofinanciamento da obra foi apresentada candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) no âmbito do Aviso POSEUR-12-2016-38, a qual foi aprovada com a designação de “Saneamento de Águas Residuais de Vila Cova à Coelheira”, com o código universal POSEUR-03-2012-FC-000407, para um investimento total elegível, excluído o IVA, de € 584.960,58, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, sendo de € 554.191,65 o investimento referente à Construção da ETAR de Vila Cova à Coelheira e de € 34.768,93 referente ao respectivo projeto de execução;

c) O Projeto de execução da obra foi elaborado pelas firmas AGR – Engenharia e Serviços, L.<sup>da</sup> e a Ecoserviços – Gestão de Sistemas Ecológicos, L.<sup>da</sup>;

Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	05

d) O preço base é estimado no montante, excluído o IVA à taxa legal em vigor de 6%, de € € 584.518,22 (quinhentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e dezoito euros e vinte e dois centimos).

e) Face ao referido preço base, a escolha do procedimento pré-contratual para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho;

f) Compete à Câmara Municipal a decisão de contratar, por força da competência para a autorização de despesas conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de aprovação das peças do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º e 40.º, do CCP.

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:

1.º – Aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, o Projeto de execução da obra de “Construção da ETAR de Vila Cova à Coelheira”;

2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 584.518,22 (quinhentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e dezoito euros e vinte e dois centimos) o preço-base do contrato, para um prazo de execução de 240 (duzentos e quarenta) dias;

3.º – Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 38.º do CCP, que o procedimento pré-contratual de formação do contrato para a execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 130.º e seguintes do CCP;

4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos anexos, e que se proceda, conforme n.º 1 do art.º 130.º do CCP, à publicação de anúncio do



Anexo 6

*procedimento na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no "Anexo I" à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica de Compras Públicas da ACINGOV, em conformidade com o n.º 1 do art.º 62.º do CCP.*

*5.º – Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:*

*– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);*

*– Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF), que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Téc. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);*

*– Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), e Cidália Loureiro Morais, Assistente Técnica em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU)."*

*----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara acima transcrita.-----*

*----- d) Execução da obra de "Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Touro" – Cofinanciada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – Proposta de Decisão de Contratar e de Escolha do Procedimento por concurso público. -----*

*----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14 de setembro de 2017, do seguinte teor integral : -----*

*" Considerando que:*

*a) É necessário dar início ao procedimento pré-contratual de formação do contrato para execução da obra de "Construção da ETAR de Touro", projeto previsto sob o código 2/243/2016/39, ação 3 (classificação orçamental 01.02/07.01.04.03) das Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas para o ano de 2017;*

*b) Para cofinanciamento da obra foi apresentada candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) no âmbito do Aviso POSEUR-12-2016-38, a qual foi aprovada com a designação de "Saneamento de Águas Residuais de Touro", com o código universal POSEUR-03-2012-FC-000471, para um investimento total elegível, excluído o IVA, de € 475.439,66, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, sendo de € 446.200,12 o*

Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	07

*investimento referente à Construção da ETAR de Touro e de € 29.239,54 referente ao respectivo projeto de execução;*

*c) O Projeto de execução da obra foi elaborado pelas firmas AGR – Engenharia e Serviços, L.<sup>da</sup> e a Ecoserviços – Gestão de Sistemas Ecológicos, L.<sup>da</sup>;*

*d) O preço base é estimado no montante, excluído o IVA à taxa legal em vigor de 6%, de € 518.421,72 (quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e um euros e setenta e dois cêntimos);*

*e) Face ao referido preço base, a escolha do procedimento pré-contratual para formação de contrato para execução da obra em regime de empreitada de obra pública recairá na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho;*

*f) Compete à Câmara Municipal a decisão de contratar, por força da competência para a autorização de despesas conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de aprovação das peças do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º e 40.º, do CCP.*

*Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere:*

*1.º – Aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, o Projeto de execução da obra de “Construção da ETAR de Touro”;*

*2.º – Autorizar a contratação da execução da obra em regime de empreitada pública, fixando em € 518.421,72 (quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e um euros e setenta e dois cêntimos) o preço-base do contrato, para um prazo de execução de 240 (duzentos e quarenta) dias;*

*3.º – Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 38.º do CCP, que o procedimento pré-contratual de formação do contrato para a execução da obra em regime de empreitada de obra pública recaia na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do art.º 19.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 130.º e seguintes do CCP;*

fl. 08

4.º – Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, os respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos anexos, e que se proceda, conforme n.º 1 do art.º 130.º do CCP, à publicação de anúncio do procedimento na 2.ª Série do Diário da República, conforme modelo aprovado no “Anexo I” à Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, desenvolvendo-se a tramitação procedimental do concurso na Plataforma Electrónica de Compras Públicas da ACINGOV, em conformidade com o n.º 1 do art.º 62.º do CCP.

5.º – Aprovar a constituição do seguinte Júri do Procedimento, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do CCP:

– Presidente: Eng. Jorge Augusto Correia Brás, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);

– Vogais efectivos: Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DAF), que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Eng. Téc. Armindo Marques Almofala, Técnico Superior (área de engenharia civil) em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU);

– Vogais suplentes: João Paulo Figueiredo Mendes, Assistente Técnico em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), e Cidália Loureiro Moraes, Assistente Técnica em serviço na Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara acima transcrita.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Anabela Pinto Ribeiro, de Vila Nova de Paiva-** Por requerimento registado em 14 de agosto de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 02 de agosto de 2017, de segundo descendente, Vitória Ribeiro da Silva – Informação N.º 91-USC-17 de 25 de agosto de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **b) Conhecimento da 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 8.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2017,** aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 25 de agosto de 2017, no uso de competência delegada.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----



Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	09

----- c) **Atribuição de manuais escolares auxiliares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública, incluindo os manuais de Inglês aos alunos dos 3.º e 4.º anos, e atribuição de manuais de iniciação à Matemática e à Língua Portuguesa às crianças de cinco anos da Educação Pré-Escolar da rede pública, para o ano letivo de 2017/2018** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 8 de setembro de 2017. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 8 de setembro de 2017, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) De harmonia com a alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, compete às câmaras municipais aprovar a atribuição de auxílios económicos no âmbito do 1.º ciclo do ensino básico, poderes entretanto reforçados no domínio da ação social escolar pela alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*b) Por sua vez, o artigo 30.º do atual regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios do âmbito da ação social escolar estabelecido no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, remete para despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, a regulamentação das normas para atribuição dos auxílios económicos vigorando, desde o ano letivo de 2015/2016, nos termos do Despacho n.º 8.452-A/2015 do Ministério da Educação, publicado na 2.ª Série do diário da República n.º 148, de 31 de julho de 2015, entretanto alterado pelo Despacho n.º 5.296/2017, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 115, de 16 de junho de 2017.*

*c) O referido Despacho estabelece as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento, auxílios económicos e acesso a recursos pedagógicos, destinadas às crianças da educação pré-escolar, aos alunos dos ensinos básico e secundário que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação, e escolas profissionais situadas em áreas geográficas não abrangidas pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).*

*d) De acordo com o n.º 7 do artigo 8.º do referido Despacho, no seu Anexo III encontram-se definidos os valores mínimos de comparticipação dos auxílios económicos para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, tendo os municípios, no*

Art.º

âmbito das suas atribuições neste domínio, competência para aumentar e alargar os apoios da ação social escolar.

e) Entendeu o Governo, por força do artigo 127.º da Lei do Orçamento do Estado para 2016, aprovada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, no início do ano letivo de 2016/2017, distribuir gratuitamente os manuais escolares a todos os estudantes do 1.º ano do 1.º CEB, incluindo assim os alunos carenciados da responsabilidade dos Municípios, pelo que fica assim derogada a responsabilidade dos Municípios relativamente àquela comparticipação (mantendo-se a responsabilidade mínima relativa aos apoios em matéria de alimentação e material escolar).

f) Entretanto por força do artigo 156.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, o Governo entendeu prosseguir o regime de gratuidade dos manuais escolares previsto no artigo 127.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a distribuição gratuita dos manuais escolares, no início do ano letivo de 2017/2018, agora alargada a todos os alunos do 1.º CEB da rede pública, pelo que fica igualmente derogada a responsabilidade dos Municípios relativamente à respetiva comparticipação.

g) Contudo aquele regime de gratuidade a todos os alunos do 1.º CEB da rede pública limita-se aos respetivos manuais escolares, não envolvendo os manuais auxiliares ou fichas de atividades, normalmente designados de "kit pedagógico", nem o manual de Inglês para os alunos dos 3.º e 4.º ano do 1.º CEB, nem os manuais de iniciação à Matemática e à Língua Portuguesa para as crianças dos cinco anos da Educação Pré-Escolar.

h) Como forma de incentivo às famílias como tem sido prática nos últimos anos, julga-se que a Câmara Municipal, em vez de uma comparticipação pecuniária às famílias para aquisição dos manuais referidos na alínea anterior, pode atribuí-los em espécie, adquirindo tal material.

i) O encargo total previsto com aquelas aquisições será de montante não superior a sete mil e duzentos euros.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, e alínea hh) do n.º 1 do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e Despacho n.º 8.452-A/2015, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 148, de 31 de julho de 2015, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 5.296/2017,

Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	11

publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 115, de 16 de junho de 2017, delibere autorizar a atribuição, para o ano letivo de 2017/2018, a todos os alunos do 1.º CEB e a todas as crianças de cinco anos da Educação Pré-Escolar, matriculadas e inscritas nos estabelecimentos de ensino da rede pública da área do Município, "kit pedagógico" aos alunos do 1.º CEB, do manual de Inglês aos alunos do 3.º e 4.º ano do 1.º CEB e do manual de iniciação à Matemática e à Língua Portuguesa às crianças dos cinco anos da Educação Pré-Escolar."

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, acima transcrita.-----

----- **d) Serviço de Transporte Escolar para o ano letivo de 2017/2018 – Renovação do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006, por mais um ano, com a sociedade Transdev Interior, S.A. – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 7 de setembro de 2017.** -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 7 de setembro de 2017, do seguinte teor integral: -----

*"Considerando que:*

*1. Em 30 de Agosto de 2006, entre este Município e a firma transportadora E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, foi lavrado um protocolo que entrou em vigor no dia 1 de Setembro de 2006, válido por um ano, com possibilidade de renovação, tendo em vista:*

*a) Promover a manutenção de transportes regulares locais, em carreiras públicas, incluindo percursos não concessionados na área do Município, mas cuja concessão a transportadora solicitou junto das entidades públicas competentes (na época a DGTTF – Direcção-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, sucedendo-lhe atualmente o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.), satisfazendo assim necessidades de transporte, nomeadamente escolar, anteriormente executado em circuitos especiais, quer municipais quer em regime de aluguer;*

*b) Manter os transportes regulares locais nos períodos não letivos (interrupções letivas), evitando a eventual suspensão de carreiras regulares, por exploração deficitária nesses períodos, proporcionando assim aos munícipes a continuidade de transporte regular em carreiras públicas.*

*2. Conforme cláusula 1.ª do Protocolo, o Município compromete-se a pagar uma verba por cada dia lectivo, dividida em duas facturas: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares emitidos mensalmente e requisitados pela Câmara Municipal (por força do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro) e, a*

Art. 12

*segunda, correspondente à compensação financeira do serviço público de transporte, cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por dia lectivo a receber pela transportadora, compensação essa legalmente admissível ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 1.191/69 do Conselho, de 26 de Junho de 1969, relativo a obrigações inerentes à noção de Serviço Público no domínio, entre outros, dos transportes rodoviários, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 1.893/91 do Conselho, de 20 de Julho de 1991, e posteriormente pelo Regulamento (CE) n.º 1.370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, entrado em vigor em 3 de Dezembro de 2009, que permite a continuação da exploração dos serviços de transporte existentes durante um período transitório que termina em 2 de Dezembro de 2019 (conforme n.º 2 do art.º 8.º), período este em que as autoridades de transportes se devem adaptar às disposições daquele regulamento, como aliás concluiu o Conselho Directivo do então IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, conforme ofício n.º 467/RJE/ASTP, de 31 de Agosto de 2011, recebido nesta Câmara Municipal em 6 de Setembro de 2011, na sequência de consulta efetuada.*

*3. O Protocolo tem vindo a ser renovado anualmente, com efeitos a 1 de Setembro, mediante adenda, por renovação autorizada por deliberação da Câmara Municipal.*

*4. Desde 1 de outubro de 2014 que a firma E.A.V.T. – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda, de Lamego, foi incorporada na sociedade TRANSDEV INTERIOR, S.A., com sede em Castro Daire, sucedendo àquela firma nos seus direitos e deveres enquanto empresa incorporante.*

*5. Aquela sociedade, por e-mail de 6 de setembro de 2017 cuja cópia se anexa à presente proposta, vem comunicar, na sequência de negociações havidas, que para o ano letivo de 2017/2018 se propõe efetuar o transporte nos termos protocolados na Adenda (10.ª) celebrada em 26 de outubro de 2017 para o ano letivo transato, com o Aditamento à mesma Adenda celebrado em 17 de fevereiro de 2017.*

*6. Na sequência da publicação da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), e que revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), e de acordo com os procedimentos desencadeados pelos demais municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na sessão*



Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	13

*ordinária que teve lugar no dia 29 de novembro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2016, autorizou a delegação na CIMVDL das competências municipais enquanto autoridade de transportes, definidas nomeadamente no n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º e artigo 10.º do mesmo regime.*

*7. A CIMVDL está a preparar o lançamento de um concurso público internacional tendo em vista a contratação de serviço público de passageiros e de transportes escolares para a área de intervenção daquela CIM, prevendo-se que a contratação em causa só irá ter lugar após o término do ano letivo de 2017/2018.*

*8. Importa assim assegurar o transporte escolar para o ano letivo de 2017/2018 mediante renovação com a sociedade Transdev Interior, S.A. do Protocolo anteriormente celebrado, sendo que aquela empresa continua a ser única transportadora concessionária de circulações de carreiras públicas regulares que percorrem a área deste Município, dando assim continuidade ao serviço de transporte protocolado, com manutenção das contrapartidas já acordadas em anos letivos anteriores, incluindo o transporte escolar dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) oriundos de Pendilhe, Lousadela e Queiriga, e as crianças da Educação Pré-Escolar oriundas das localidades de Lousadela e Queiriga.*

*Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da competência para autorização de despesa conferida pelo art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pela alínea f) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Públicos (CCP), delibere:*

*1.º) Autorizar a renovação com a sociedade Transdev Interior, S.A., de Castro Daire, do Protocolo celebrado em 30 de Agosto de 2006 com a então firma E.A.V.T., Lda, por mais um ano, com efeitos retroagidos a 1 de Setembro de 2017, nas seguintes condições, mantendo-se o demais clausulado e contrapartidas do Protocolo:*

*a) Pelos serviços prestados o Município pagará à sociedade Transdev Interior, S.A. a importância de € 1.172,17 (mil cento e setenta e dois euros e dezassete cêntimos), por cada dia letivo com efetivação de transporte escolar, à qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor de 6%, no montante de € 70,33 (setenta euros e trinta e três cêntimos), totalizando o valor de € 1.242,50 (mil duzentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos), o que perfaz uma despesa prevista no montante de € 211.225,00 (duzentos e onze mil, duzentos e vinte e cinco euros), incluído o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor de*



seis por cento, para uma previsão de 170 (cento e setenta) dias letivos (64 em 2017 e 106 em 2018), nos termos do Calendário Escolar para o ano letivo de 2017/2018 aprovado pelo Despacho n.º 5.458-A/2017 do Ministério da Educação, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 119, de 22 de junho de 2017.

b) Que a despesa mensal seja paga em duas faturas: a primeira correspondente ao valor dos passes escolares requisitados pela Câmara Municipal e emitidos pela firma e, a segunda, correspondente à compensação financeira do serviço e cujo valor será igual à diferença entre o valor dos passes e o valor por cada dia letivo a pagar à firma.

2.º) Aprovar a minuta da adenda (décima primeira adenda) ao Protocolo anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, acima transcrita.-----

----- e) **Declaração de interesse municipal sobre o projeto PDR2020-10216-033742, “Centro de Memória das Migrações de Queiriga”, candidatado à Medida 10.2.1.6 “Renovação de Aldeias” do PDR2020, com requalificação da antiga Escola Primária da Queiriga, sita no Lugar do Outeiro Santo, na povoação e freguesia de Queiriga – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 7 de setembro de 2017.**-----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 7 de setembro de 2017, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. Na sequência do Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas n.º 001/ADDLAP/10216/2016, de 22 de dezembro de 2016, ao abrigo da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.ºs 249/2016, de 15 de setembro, e 238/2017, de 28 de julho, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020, o Município de Vila Nova de Paiva apresentou uma candidatura, em 31 de março de 2017, no âmbito da Medida 10.2.1.6 «Renovação de aldeias», para obtenção de cofinanciamento para “Requalificação da antiga Escola Primária de Queiriga”, sita no Lugar do Outeiro Santo, na povoação e freguesia da Queiriga, deste Município, tendo em vista a criação de um “Centro de Memória das Migrações de Queiriga”, projeto ao qual foi atribuído o código PDR2020-10216-033742.

Ata N.º	19/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	15

2. O projeto representa um investimento total e elegível, com IVA incluído, no montante de € 83.170,60 (oitenta e três mil, cento e setenta euros e sessenta cêntimos), com uma taxa de cofinanciamento de 85%, envolvendo:

- a) A execução de obras de requalificação e beneficiação das instalações da antiga escola primária, composta por terreno com área total de 2.300 m<sup>2</sup>, com área coberta de 431 m<sup>2</sup>, inscrito sob o artigo urbano 298 na matriz predial urbana da respetiva freguesia e descrito a favor do Município na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva sob o número quatro mil duzentos e sete; e
- b) A aquisição de serviços para elaboração do projeto de conceção, aquisição de equipamento administrativo e aquisição de equipamento informático e audiovisual.

3. O projeto centra-se sobre a temática emigração e memória da Freguesia de Queiriga, que o Município pretende implementar na freguesia, apelidada de "aldeia mais francesa de Portugal", que será mais um forte contributo para a dinamização e valorização do território local e regional, ao nível económico, cultural e social, contribuindo assim para os objetivos do documento Estratégico de Desenvolvimento Local do território do Grupo de Ação Local (GAL) da ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva, que este Município integra.

4. Pretende-se ainda com este projeto, ser o ponto de partida de uma visita turístico-cultural a outros locais de interesse existentes na área envolvente da Freguesia de Queiriga nomeadamente, o Parque Botânico "Arbutus do Demo", as Minas de Queiriga e a Orca dos Juncals, classificada de Monumento Nacional, visitados anualmente por centenas de turistas.

5. Para que possam beneficiar do apoio do PDR2020, os projetos de investimento devem reunir determinadas condições, nomeadamente terem reconhecido interesse para as populações ou para a economia local, tendo em conta a estratégia de desenvolvimento local, como exige a alínea i) do artigo 46.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, sendo que tal circunstância, no caso vertente, deverá ser reconhecida pelos órgãos do Município, como decorre do n.º 9 do Anexo I da Orientação Técnica Específica n.º 33/2016, de 1 de setembro de 2016, do PDR2020.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere produzir a seguinte declaração, para ser presente a aprovação em sessão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva:

Reconhecer o interesse para as populações da Freguesia de Queiriga e do Município, bem como para a economia local, o projeto de criação de um "Centro de Memória das Migrações de Queiriga", que visa preservar a memória coletiva da

folha 6

*diáspora não só desta freguesia mas também de toda a região, e que será um ponto de partida de uma visita turístico-cultural a outros locais de interesse existentes na área envolvente da freguesia, nomeadamente o Parque Botânico "Arbutus do Demo", as Minas de Queiriga e a Orca dos Juncas, classificada de Monumento Nacional, visitados anualmente por centenas de turistas, representando um forte contributo para a dinamização e valorização do território local e regional, ao nível económico, cultural e social, contribuindo assim para os objetivos do documento Estratégico de Desenvolvimento Local do território do GAL/ADDLAP."*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, acima transcrita., a submeter a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quinze minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta da ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelos Membros do Executivo e por mim que a secretariei. -----

